

VozesMachados
TONDELA
H
A



RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

H
f
CMT

707
vare naclach
A

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO	10
2.1. Assembleia Municipal de Tondela – órgão deliberativo	10
2.2. Câmara Municipal de Tondela – órgão executivo.....	13
3. PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TONDELA.....	17
3.1. Participações Societárias em 31 de dezembro de 2021	17
3.2. Outras Participações em 31 de dezembro de 2021 – Não Societárias.....	19
4. ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.....	22
5. RECURSOS HUMANOS	23
6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	24
6.1. Orçamento	26
6.1.1. Orçamento da Receita	26
6.1.1.1. Evolução da Receita.....	26
6.1.1.2. Receitas Correntes	28
6.1.1.3. Receitas De Capital.....	29
6.1.2. Orçamento da Despesa.....	30
6.1.2.1. Evolução da Despesa	30
6.1.2.2. Despesa Corrente	31
6.1.2.3. Despesa de Capital.....	32
6.2. Grandes Opções do Plano.....	33
7. INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE.....	35
7.1. Análise da Situação Económica e Financeira.....	37
7.1.1. Situação Financeira	37
7.1.1.1. Análise Balanço	37
7.1.1.2. Análise Demonstração de Resultados	38
7.1.2. Outros Assuntos	39
7.1.2.1. Pagamentos em atraso.....	39
7.1.2.2. Compromissos futuros	39
7.1.2.3. Dívida Total	40
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	41
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42

1. INTRODUÇÃO

1.1. O ENQUADRAMENTO LEGAL

O Município de Tondela aplicou o novo normativo contabilístico SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo DL 192/2015 de 11 de setembro, para o ano económico de 2021.

É nesse âmbito, que o Executivo Municipal apresenta, nos termos da alínea i) do nº 1 do Artº 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os Documentos de Prestação de Contas, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º da mesma Lei.

Os Documentos de Prestação de Contas foram elaborados em obediência às Normas de Contabilidade Pública (NCP) anexas ao SNC-AP, à Instrução n.º 1/2019-PG do Tribunal de Contas - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC), para a organização e documentação das contas das entidades incluídas no âmbito de aplicação do SNC -AP, publicada no DR II.ª Série, n.º 46, de 6 de março e à Resolução nº 2/2020 do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2020 e gerências partidas de 2021, publicada na IIª Serie, nº 248 de 23 de dezembro.

Em conformidade com o SNC-AP e a Instrução n.º 1/2019-PG do Tribunal de Contas, resultam para o Município de Tondela, e como elementos de prestação de contas, as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais elencadas no Anexo A.1 à referida Instrução 1/2019, descritas no quadro seguinte.

Descrição do documento de prestação de contas - SNC-AP integral	
Demonstrações financeiras (individuais)	
Balanço	NCP 1
Demonstração de resultados por natureza	NCP 1
Demonstração das alterações no património líquido	NCP 1
Demonstração dos fluxos de caixa	NCP 1
Anexo às demonstrações financeiras	NCP 1
Demonstrações orçamentais	
Demonstrações previsionais	
Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	NCP 26
Plano plurianual de investimentos (PPI)	NCP 26
Demonstrações de relato (individuais)	

H


MUNICÍPIO DE TONDELA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2021

Vereadores

Demonstração de desempenho orçamental	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da receita	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP 26
Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos	NCP 26
Anexo às demonstrações orçamentais	NCP 26
1. Alterações orçamentais da receita	NCP 26
2. Alterações orçamentais da despesa	NCP 26
3. Alterações ao plano plurianual de investimentos	NCP 26
4. Operações de tesouraria	NCP 26
5.1 Contratação administrativa - situação dos contratos	NCP 26
5.2 Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento	NCP 26
6.1 Transferências e subsídios concedidos	NCP 26
6.2 Transferências e subsídios recebidos	NCP 26
7. Outras divulgações	NCP 26
Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos	Norma Técnica 1/2017
Encargos contratuais	Norma Técnica 1/2017

A que acresce os documentos genéricos e específicos para a Administração Local, definidos nos respetivos Anexos A.4 e A.5 da Instrução 01/2019 do Tribunal de Contas.

O Relatório de Gestão integra o conjunto dos documentos de prestação de contas, e visa interpretar e explicitar as demonstrações orçamentais e financeiras, bem como o desempenho da gestão na execução da sua estratégia, com a finalidade de proporcionar uma imagem verdadeira e adequada das contas públicas, através de informação que seja útil e compreensível por parte dos diversos stakeholders.

Por conseguinte, o relatório de gestão deve fornecer uma exposição fiel e clara das questões, transações e eventos mais significativos, apresentados nas demonstrações financeiras das entidades, bem como, os fatores que exerceram maior influência sobre os mesmos.

Por mais que Município de Tondela se tenha empenhado na implementação das normas contabilistas estabelecidas no DL 192/2015 de 11 de setembro, nem todas tiveram o tratamento contabilístico na conta de 2021, conforme explicado no Anexo às Demonstrações Financeiras (notas 4 – Contratos de Concessão e Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis).

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

No conjunto do ano 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica.

Em termos nominais, o PIB aumentou 5,7% em 2021 (diminuição de 6,7% em 2020), atingindo cerca de 211 mil milhões de euros.

De realçar que este crescimento não só ficou acima dos 4,8% previstos pelo Governo no Orçamento para 2022, mas também superou as projeções das principais instituições nacionais e internacionais. O Banco de Portugal e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico apontavam para um crescimento de 4,8%, o Fundo Monetário Internacional esperava uma subida de 4,4% e a Comissão Europeia previa uma expansão de 4,5%.

O consumo privado registou um crescimento de 4,4%, tendo recuperado parcialmente da redução de 7,1% ocorrida em 2020, evolução que se explica sobretudo pela expansão de 5,4% do consumo privado em bens correntes não alimentares e serviços. Relativamente á componente de bens alimentares abrandou, passando de um crescimento de 4,8% em 2020 para 1,5% em 2021. Por outro lado, a componente dos bens duradouro cresceu 4,6%, com um ligeiro aumento da componente dos veículos automóveis, após a quebra histórica verificada no primeiro ano da pandemia.

Quanto ao consumo público, este acelerou significativamente em termos reais, registando uma taxa de variação de 5%, comparando com 0,4% no ano anterior, tendo em termos nominais aumentado 5,8%.

A procura externa líquida apresentou um contributo de -0,2 p.p., após o contributo de -2,9 p.p. em 2020, tendo as exportações e as importações de bens e serviços crescido 13% e 12,8% em 2021, que compara com as quedas de 18,6% no caso das exportações e quebras de 12,1% no das importações registadas em 2020.

No início de 2021, com o desenvolvimento do processo de vacinação, foram grandes as expectativas para a retoma económica e o regresso à normalidade, ocorrendo uma forte mobilização da sociedade nas suas mais variadas vertentes.

Este foi também o principal desígnio do exercício de 2021!

Handwritten signatures and the word 'Verificada' in blue ink.

MUNICÍPIO DE TONDELA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2021

Desde logo no desenvolvimento de uma forte política de apoio e concretização do combate à pandemia **COVID-19**, concentrando-se todos os esforços das equipas multidisciplinares do Município neste combate, desde os serviços da proteção civil, como os da ação social e saúde. À semelhança do que aconteceu em 2020, o ano de 2021 começa tendo como principal tendo o primeiro trimestre do ano se caracterizado pela necessidade de continuar a ter como prioridades as questões de ordem sanitária e de saúde pública.

O contínuo apoio às IPSS/Misericórdias, quer na disponibilização das EPI espelha o trabalho do realizado, a par com a avaliação dos **2ºs pedidos de apoio de rendas/créditos**, para **comércio ou serviços** de todos o concelho, tendo no total chegado 116 pedidos, com apoio financeiro de 34.191,97€, revelaram-se como fundamentais no apoio à retoma, traduzindo-se num dos principais e mais fortes instrumentos que fomentam a resiliência de quem se viu obrigado a ter o seu espaço de comércio ou serviços encerrados.

Realça-se **no domínio da testagem e prevenção**, o importante projeto piloto pioneiro desenvolvido por entidades do nosso concelho, na realização de análises de deteção de SARS-CoV2 em águas residuais, nas maiores escolas dos agrupamentos: Caramulo; Campo de Besteiros; Molelos; Tondela (Básica e Secundária) e Lajeosa do Dão, logo após o regresso dos alunos às aulas após confinamento.

Em face do retorno do ensino à distancia, em meios telemáticos, foram redistribuídos computadores, tabletes e pontos de acesso a internet aos alunos com escalão A e B dos agrupamentos, bem como apoiadas as deslocações de alunos para as escolas de acolhimento, nas situações em que se justificava e estão a ser fornecidas refeições aos alunos com escalão que solicitaram, com apoio do Município.

Refira-se que ocorreu no primeiro trimestre de 2021, o início do **processo de vacinação**, no dia 18 de fevereiro, em estrutura adaptada no Pavilhão municipal de Tondela, com apoio logístico e de recursos humanos do Município, e que tornou possível que, a meados do ano de 2021, quatro meses após o seu início, ter sido possível atingir, aproximadamente 50 por cento da tivesse recebido a primeira dose da vacina e quase 30% a segunda dose.

Este é um passo importantíssimo em direção à dita normalidade, que todos desejamos que seja possível com a maior brevidade possível, mesmo sabendo não ser garantida imunidade, mas ajudará a consolidar uma maior confiança.

De salientar que as projeções do BCE apontam para uma subida significativa da inflação em 2022, para 5,1% (2,6% em 2021) e uma redução posterior, para 2,1% em 2023 e 1,9% em 2024. Esta situação é muito influenciada pela componente energética. No entanto, a inflação excluindo bens energéticos também aumenta em 2022, para 2,6% (1,5% em 2021), refletindo os efeitos indiretos da subida dos preços da energia, as pressões ao longo da cadeia de produção associadas às disrupções da oferta global e a continuação da recuperação dos serviços.

A pensar no contínuo desenvolvimento do concelho e particularmente na atração de novos investimentos para a cidade de Tondela, a Câmara Municipal de Tondela desencadeou, três hastas publicas.

A primeira hasta pública foi desencadeada no dia 09 de fevereiro, dizendo respeito a um terreno de 12.535 m² (junto à Biblioteca Municipal, e que de acordo com o PDM permite e privilegia a opção por serviços, nomeadamente, na área social, na área da saúde, por se entender que pode ser uma resposta importante para a cidade e para o concelho).

Esta hasta pública foi bem-sucedida, prevendo-se que se possa consubstanciar num importante projeto que dará resposta no domínio social e que criará várias dezenas de postos de trabalho.

O interesse público foi garantido e salvaguardo dando assim as melhores condições que a cidade e o concelho necessitam.

Foram ainda desenvolvidas outras duas hastas públicas, uma a 3 de março e outra a 1 de abril, para dois terrenos localizados no topo da Avenida das Comunidades (entroncamento com a Avenida Sá Carneiro).

O segundo e terceiro trimestre de 2021 caracterizaram-se pela retoma das atividades, o que permitiu retomar também o calendário das intervenções físicas, tendo-se verificado a possibilidade de recuperação de alguns prazos que por força da pandemia foram comprometidos.

É o caso da grande obra da zona industrial da Adiça/Tondela, onde o cronograma de trabalhos foi recuperado.

MUNICÍPIO DE TONDELA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2021

Durante este período iniciaram-se um pouco por todo o concelho, obras de pavimentações, que beneficiarão muitas artérias e arruamentos da nossa malha viária, sem qualquer fundo comunitário.

Merece também destaque a evolução da obra do Centro Tecnológico e de Empreendedorismo teve durante o ano de 2021, à qual se juntou a intervenção na Frente Ribeirinha.

Apesar das grandes dificuldades trazidas pela pandemia COVID-19, foi possível a concretização de várias intervenções fundamentais, onde esteve sempre patente a importância de nunca deixarmos de ser **promotores de mais apoio social**, nas diferentes vertentes, incluindo as medidas associadas à componente de apoio à família, a rede de transportes, a promoção do sucesso educativo, ou a beneficiação do nosso parque escolar, sendo determinante os dois milhões de euros investidos na requalificação da **Escola Secundária de Tondela** (obra que obteve o parecer da DGEstE), sendo que 1/4 desse valor é de capitais do município, e o restante de fundos comunitários. Referem-se ainda, por serem fundamentais na promoção do sucesso educativo a **ampliação de Jardins de Infância e a beneficiação de outras escolas do 1º CEB**.

No domínio do ambiente, destacam-se as intervenções como o investimento na **rede de água e saneamento** à Vila do Caramulo, ao qual se associa o fecho de outras importantes obras, como é o caso da rede de saneamento Molelinhos, rede de abastecimento de água à povoação da Várzea do Homem, o novo sistema de tratamento da rede de esgoto da povoação de Carvalhal e Mouraz ou a rede de tratamento da água residual de Faial, e a construção da ETAR da Zona Industrial do Lajedo.

No domínio da **Requalificação Urbana**, verificou-se um forte incremento no Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, a par do arranque da Frente Ribeirinha.

No quadro do planeamento estratégico, merece referência o trabalho desenvolvido no quadro das zonas industriais e sublinhando-se o estudo do projeto para a nova ligação da ZIM do Lajedo à estrada municipal 627 e concomitantemente ao IP3 e futura autoestrada, revelando-se como estruturante na medida em que garantirá uma ligação em cerca de 5 km de distância, entre esta zona industrial e a EM 627, no futuro nó de ligação.

Vereadores.

MUNICÍPIO DE TONDELA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2021

Também, ainda, no domínio do desenvolvimento económico, refere-se o forte impulso que se verifica nesta zona industrial do Lajedo, quer com a ampliação da área da empresa Brose – sublinhando que, recentemente, o município vendeu terrenos necessários para tal operação, tal como a empresa Gialmar que já apresenta um grau de evolução das estruturas da sua nova unidade, em lote que também foi objeto de uma hasta pública onde foram alienados os terrenos para este novo projeto.

Com enorme impacto, também estão em curso investimentos superiores a 30 Milhões de euros, na Fresenius Kabi – Labesfal, espelhados em recente visita do Sr. Ministro Siza Vieira, onde se pode constatar a dimensão estratégica desta empresa nuclear para o sector farmacêutico do país.

Também na zona industrial Municipal de Tondela, e no que se reporta às obras de requalificação e expansão, há dificuldades que têm vindo a ser sentidas por parte de algumas empresas, que têm manifestado escassez de meios humanos e de disponibilidade de recursos, para desenvolver as fases do trabalho que lhes foram adjudicadas.

Apesar de se verificar ao longo de 2021, o voltar à normalidade, os constrangimentos e os efeitos nefastos trazidos pela pandemia fizeram-se sentir de forma profunda. A retoma naturalmente lenta, também se caracterizou pela instabilidade trazida pelas flutuações dos números dos infetados, que impediram que 2021, impossibilitando o cumprimento de prazos. No entanto final de 2021, a disseminação da variante Omicron e as medidas de controlo adotadas tiveram um impacto negativo moderado e de curta duração sobre o crescimento da economia mundial, o que motivou a um abrandamento de todas as atividades o que em alguns casos se traduziu no encerramento.

Apesar das dificuldades trazidas pela pandemia, foi possível durante 2021 a concretização de projetos importantes quer no domínio social quer no domínio económico, onde todos os dias foi necessário ultrapassar adversidades, reorganizar tarefas, normalizar o que não é normal, adaptação à nova realidade.

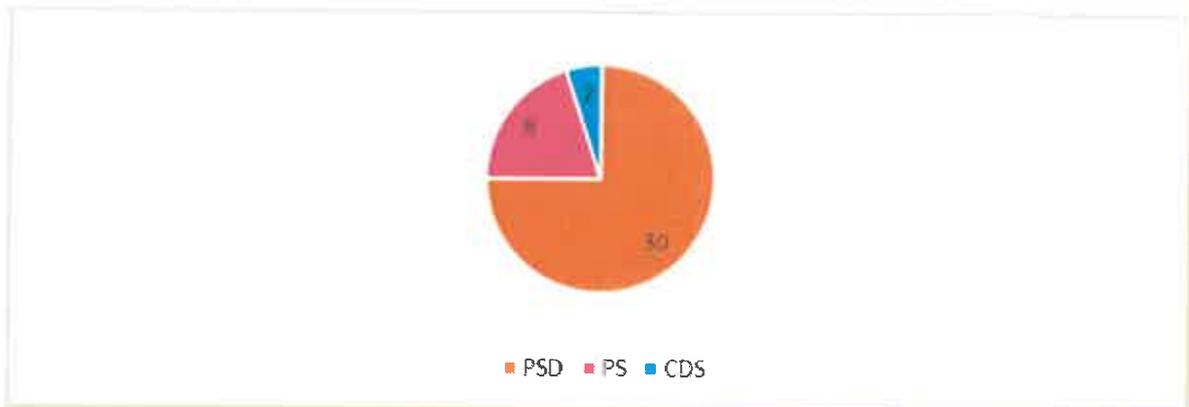
Vereadores.

2. ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

2.1. Assembleia Municipal de Tondela – órgão deliberativo

De acordo com o exposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Tondela é constituída por quarenta membros, que tomaram posse no dia vinte de outubro de dois mil e dezassete. Vinte e um cidadãos diretamente eleitos por escrutínio secreto e universal do colégio eleitoral do concelho e dezanove cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as assembleias de freguesia e assembleias de uniões de freguesia.

Composição da Assembleia Municipal até 14/10/2021



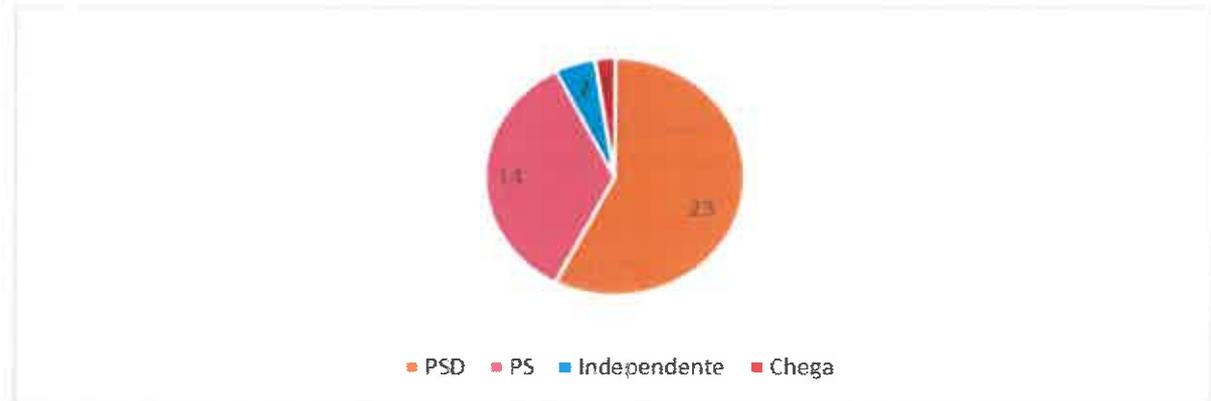
Mesa da assembleia municipal:

Presidente: Carlos Manuel Cortez Henriques da Cunha

1º Secretário: Sérgio de Sousa Rodrigues

2º Secretário: José António Oliveira Dias

De acordo com o exposto na Lei 75/2013 de 12 de setembro, a assembleia municipal de Tondela é constituída por quarenta membros, que tomaram posse no dia quinze de outubro de dois mil e um. Vinte e um cidadãos diretamente eleitos por escrutínio secreto e universal do colégio eleitoral do concelho e dezanove cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as assembleias de freguesia e assembleias de uniões de freguesia.

Composição da Assembleia Municipal a 31/12/2021**Mesa da assembleia municipal:**

Presidente: António Egrejas Leitão Amaro

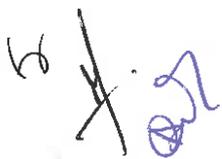
1º Secretário: José António Oliveira Dias

2º Secretário: Ana Maria Marques Tavares de Leão

Durante o ano de 2021, a assembleia municipal de Tondela realizou cinco sessões ordinárias a: vinte e seis de fevereiro, vinte e oito de abril, vinte e oito de junho, três de setembro e vinte e seis novembro e duas sessões extraordinárias a: trinta de julho e trinta de dezembro. Realizou, ainda, de acordo com o previsto no artigo no número 3 do artigo 44 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro após a tomada de posse dos órgãos para o mandato 2021/2025 a primeira Assembleia deste mandato em 15 de outubro de 2021.

Os membros da assembleia municipal em representação do órgão participaram em reuniões de diversos Organismos:

- Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal Dão Lafões;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Conselho Municipal de Educação;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;
- Assembleia Municipal de Tondela para o Núcleo Local de Inserção;
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta;



Município de Tondela

MUNICÍPIO DE TONDELA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2021

- Conselho Cinegético;
- ACES Viseu Dão Lafões;
- Comissão Municipal de Proteção Civil;
- Conselho Local da Ação Social;
- Comissão de Acompanhamento da 2ª Revisão do PDM de Tondela;
- Comissão de Toponímia;
- Conselho Municipal da Juventude;
- Equipa para a Igualdade na Vida Local.

2.2. Câmara Municipal de Tondela – órgão executivo

De acordo com o estipulado na Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, o órgão executivo do concelho de Tondela é composto pelo presidente e seis vereadores, visto nas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021, o concelho ter 24.799 eleitores.

Durante o ano de 2021, a Câmara Municipal realizou vinte e duas reuniões ordinárias e nove reuniões extraordinárias.

Os responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato de 2021 foram os seguintes:

Fez
Veracidade
↓

MUNICÍPIO DE TONDELA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2021

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
José António Gomes Jesus	Presidente	01-01-2021 a 14-10-2021
Sofia Alexandra Fraga Simões Ferreira	Veradora	01-01-2021 a 14-10-2021
Pedro Luís de Jesus Ferreira Adão	Vereador	01-01-2021 a 14-10-2021
Miguel Cláudio Torres Bruno	Vereador	01-01-2021 a 14-10-2021
Jose Carlos Henriques Vieira Coimbra	Vereador	01-01-2021 a 09-08-2021
Joaquim da Silva Mendes dos Santos	Vereador	01-01-2021 a 14-10-2021
Diamantino Fernando Ferreira da Costa	Vereador	16-08-2021 a 14-10-2023
Júlio Daniel Maneira Marques Rodrigues	Vereador	01-01-2021 a 14-10-2022
José António Gomes Jesus	Presidente	15-10-2021 a 31-12-2021
Fátima Carla Dias Antunes Borges	Vereadora	15-10-2021 a 31-12-2022
Sofia Alexandra Fraga Simões Ferreira	Vereadora	15-10-2021 a 31-12-2021
João Carlos Figueiredo Antunes	Vereador	01-11-2021 a 31-12-2021
Francisco José Moura Coutinho da Costa e Sousa	Vereador	15-10-2021 a 31-12-2021
Fernando Simões de Sousa	Vereador	15-10-2021 a 31-12-2021
Ana Maria Marques Coimbra	Vereadora	15-10-2021 a 31-12-2021

Executivo Municipal e Distribuição de Pelouros

José Antonio Gomes de Jesus
(Presidente)

Gestão financeira
-Obras publica
- Ambiente e saneamento básico
- Relações institucionais e cooperação externa

Pedro Luis de Jesus
Ferreira Adão
(Vice-Presidente)

Miguel Cláudio Torres
Bruno
Vereador

Sofia Alexandra Fraga
Simões Ferreira
Vereadora

José Carlos Henriques
Vieira Coimbra
Vereador

Urbanismo,
Planeamento e
Obras Particulares,
Desenvolvimento
Rural (Agricultura,
Mercado Municipal
e Feira),
Desenvolvimento
Económico
(Empreendedorismo
Indústria, Comércio
e Serviços),
Desporto, Turismo,
Eventos e
Movimento

Proteção Civil,
Educação e
Biblioteca, Ação
Social, Saúde e
Habitação,
Mobilidade e
Recursos
Humanos
Cultura e
Património cultural
(Museu, Arquivo e
Auditório) e
Juventude,
Administração
Geral,
Modernização
Administrativa,

Educação e
Biblioteca, Ação
Social, Saúde e
Habitação,
Mobilidade e
Recursos
Humanos

e Segurança
Rodoviária,
Floresta, Estaleiro
Municipal
(Metrologia,
Serviços higiene-
sanitários,
Cemitério, Espaços
Verdes), Defesa do
Consumidor e,
Iluminação Pública
e apoio às Juntas
de Freguesia

Vereadores sem Pelouros Atribuídos

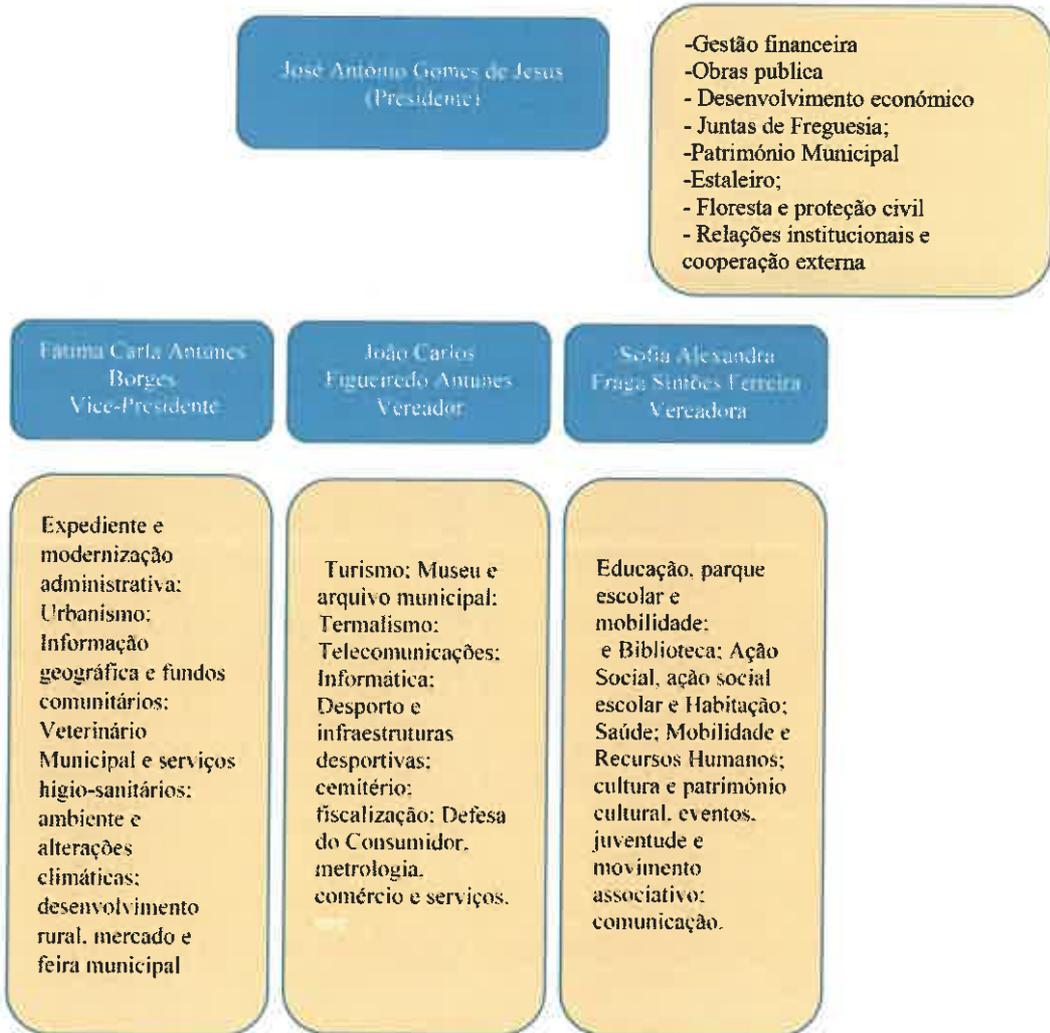
Joaquim da Silva Mendes
dos Santos
Vereador

Júlio Daniel Maneira Marques
Rodrigues
Vereador

Handwritten initials 'H' and 'A'.

Veror Macielos
Ferreira
Handwritten signature and scribbles.

Executivo Municipal e Distribuição de Pelouros a 31 de dezembro de 2021



Vereadores sem Pelouros Atribuídos



3. PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TONDELA

3.1. Participações Societárias em 31 de dezembro de 2021



Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos Planalto Beirão, S.A.

A ECOBEIRÃO tem como missão a promoção dos interesses dos seus associados na criação de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, que permita encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do Ambiente e à preservação da beleza da região, bem como o seu desenvolvimento estratégico e o domínio da investigação de recursos que potenciem o país como território de desenvolvimento económico e cultural.

Tondelviva – Investimentos Urbanos, S.A.

Sediada na cidade de Tondela, esta sociedade tem como propósito a criação, desenvolvimento, construção, gestão e exploração de áreas de desenvolvimento urbano de construção prioritária, de infraestruturas rodoviárias, desportivas, educativas, culturais e de lazer, de áreas de localização empresarial, parques industriais, parques de negócios, tecnopolos de requalificação urbana, comercial e ambiental.

Atualmente, após a concretização, em anos anteriores, de projetos e investimentos de onde resultaram contratos de sublocação financeira com o Município, esta entidade tem a sua atividade centrada no plano de pagamentos inerente aos compromissos assumidos.

EPT - Escola Profissional de Tondela, CIPRL

É atribuição da Cooperativa Escola Profissional de Tondela contribuir, numa visão abrangente, para a formação integral dos jovens e dos quadros ativos, preparando-os para um exercício profissional adequado, desenvolvendo os mecanismos necessários de aproximação entre a

escola e o mundo do trabalho, promovendo também, em conjunto com outros agentes e instituições locais, a concretização de projetos de formação de recursos humanos qualificados que respondam às necessidades do desenvolvimento local e regional.

CESAB - Centro de Serviços do Ambiente

Criada em 1992 com o objetivo de prestar apoio técnico e científico ao desenvolvimento de ações de proteção ambiental, nomeadamente à exploração de sistemas de saneamento básico, ao controlo de águas, quer para abastecimento, quer de águas residuais e ainda de investigação científica e tecnológica na área dos tratamentos de águas.

FAM - Fundo de Apoio Municipal

O FAM é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.

É um Fundo constituído em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, através de um capital social de 650 milhões de euros, visando a recuperação financeira dos municípios em situação de desequilíbrio financeiro, através da implementação de programas de ajustamento municipal.

O FAM foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.

3.2. Outras Participações em 31 de dezembro de 2021 – Não Societárias

ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses

A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do poder local, em especial a defesa dos municípios e das freguesias perante os órgãos de soberania, a realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do poder local, a criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros e desenvolvimento de ações de informação dos eleitos locais e de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da administração local.

AMRPB - Associação Municípios Região Planalto Beirão

Abrangendo atualmente dezanove municípios, a Associação articula os investimentos municipais de interesse intermunicipal e a coordenação das atuações entre municípios e os serviços da administração central e o planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supra municipal, na área das redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos, permitindo encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do Ambiente e à preservação da beleza da região.

CIMVDL - Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Constituída por 14 municípios, a CIMVDL visa a promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido pela comunidade, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na contratualização e gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional no âmbito do Portugal 2020 e o planeamento das atuações de entidades públicas de carter supramunicipal.

Vere Madal

MUNICÍPIO DE TONDELA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2021

ADICES – Associação de Desenvolvimento Local

A ADICES é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem por objeto “promover o desenvolvimento local e regional integrado através da dinamização sociocultural e económica e da promoção de iniciativas nas áreas dos recursos humanos, da formação, do ambiente, da igualdade de oportunidades e do género, do turismo e do património, da cultura e do apoio às atividades produtivas”. A Associação promove também os estudos, a investigação, a cooperação e a atuação no âmbito do desenvolvimento local e regional em articulação com outras entidades públicas e privadas que prossigam os mesmos fins.

TCP - Turismo Centro Portugal

Este organismo público privilegia principalmente a valorização turística do território, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos, da promoção turística, do estabelecimento de parcerias, da instalação, exploração e funcionamento da oferta turística e da formação e certificação profissional, no quadro das orientações e diretrizes da política de turismo definida pelo Governo e nos planos plurianuais das administrações central e local.

Associação das Termas de Portugal

Constituída a 16 de Dezembro de 1996 e com um universo de 38 associados, tem como objetivo o estudo e desenvolvimento dos interesses relativos ao termalismo e às estâncias termais, a prática e a promoção de tudo o que possa contribuir para o progresso técnico, económico ou social. Nomeadamente pretende valorizar, a nível nacional, a projeção socioeconómica dos sectores nela integrados, unir todos os associados com vista à defesa dos seus legítimos interesses e ao exercício comum dos seus direitos e obrigações e a sua representação junto das entidades públicas e privadas bem como de organizações patronais e de trabalhadores.

Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 (EN2)

A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 é uma Pessoa Coletiva de Direito Privado de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a realização de interesses

comuns aos Municípios que a integram, a saber: Chaves; Vila Pouca; Vila Real; Santa Marta de Penaguião; Régua; Lamego; Castro Daire; Viseu; Tondela; Santa Comba Dão; Penacova; Vila Nova de Poiares; Góis; Pedrogão Grande; Sertã; Lousã; Vila de Rei; Sardeal; Abrantes; Ponte de Sor; Montemor-o-Novo; Viana do Alentejo; Castro Verde; Aljustrel; Almodôvar; Loulé; São Brás de Alportel e Faro.

Esta entidade tem como fim principal o desenvolvimento turístico, e a promoção económica e cultural dos Municípios que foram atravessados pela antiga Estrada Nacional nº 2; bem como prosseguir o desenvolvimento de projetos comuns com outras associações/entidades, podendo submeter candidaturas a fundos estruturais de financiamento, que vise a valorização da referida Rota.

Outro dos propósitos desta instituição é a recuperação do património edificado constante ao longo da estrada, sendo esta a segunda maior via do mundo.

Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica

Esta associação sem fins lucrativos, tem como associados fundadores catorze municípios, em que a principal finalidade é a defesa, a valorização e a divulgação do património cultural e histórico cerâmico, bem como o intercâmbio de experiências entre os associados, nomeadamente a nível da conservação do património, o estabelecimento de parcerias entre cidades e vilas com vínculos tradicionais à cerâmica, seja do tipo produtivo, cultural ou de qualquer outro âmbito.

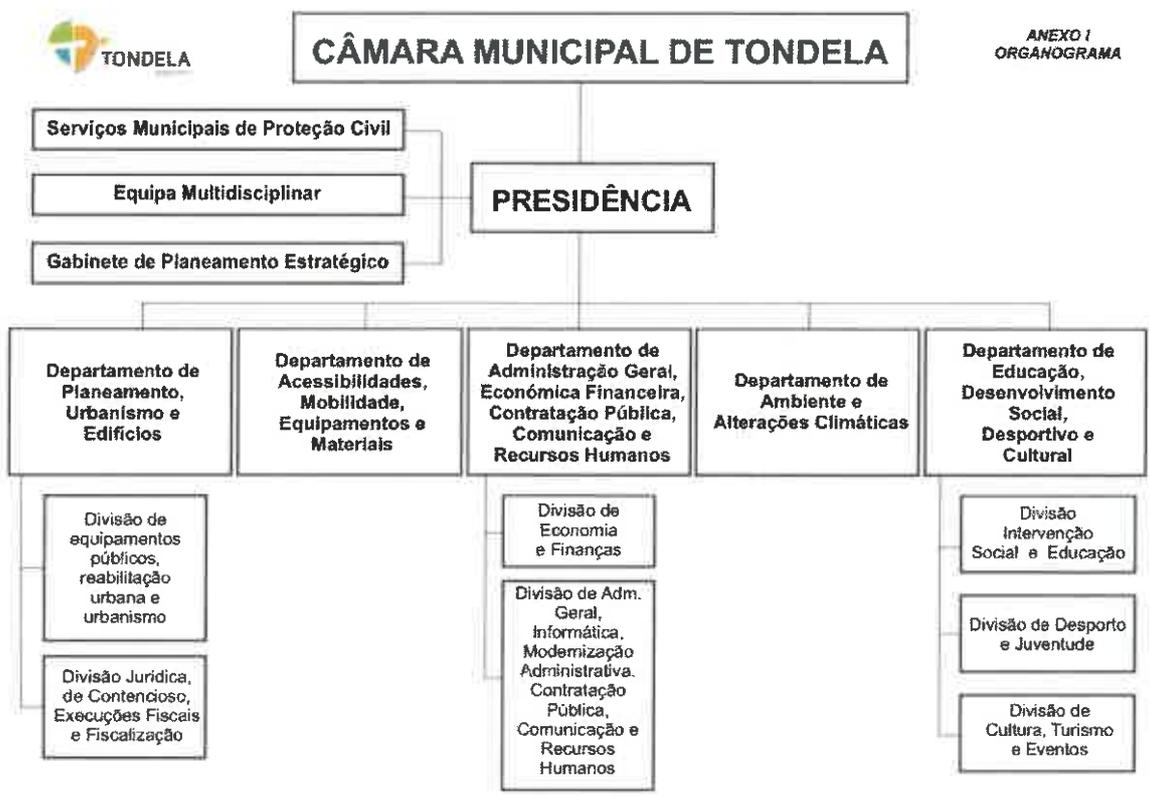
Tem ainda por objetivo a promoção da criação artística e a difusão da cerâmica tradicional e contemporânea, bem como o incentivo de relações de cooperação e intercâmbios entre os municípios associados a nível nacional ou na rede europeia.

Refira-se que a associação só foi constituída formalmente no decorrer do ano de 2018.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

4. ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

De acordo com o estipulado na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal do Município de Tondela, na sessão ordinária de 27 de fevereiro, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, que aprovou em reunião ordinária de 24 de fevereiro de 2015, a reorganização dos serviços municipais do Município de Tondela.



DIRETORES DE DEPARTAMENTO EM 31-12-2021

- **Departamento de Planeamento, Urbanismo e Edifícios:** Arq. Ernesto Manuel Matos Pereira;
- **Departamento de Acessibilidades Mobilidade, Equipamentos e Materiais:** Eng.º António José Ferreira Silva;
- **Departamento de Administração Geral, Económica e Financeira, Contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos:** Eng.º Manuel Augusto Dias Andrade;

- **Departamento de Ambiente e Alterações Climáticas:** Eng^a Maria João Frutuoso Fernandes;
- **Departamento de Educação, Desenvolvimento Social, Desportivo e Social:** Dr^a Raquel Maria Seabra Nunes;

5. RECURSOS HUMANOS

Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021	
Informação Geral	
Número médio de trabalhadores	319
Total de trabalhadores no início do exercício	308
Total de trabalhadores no final do exercício	329
Fluxos de entradas e de saídas	
N.º de trabalhadores admitidos e regressados	38
N.º de trabalhadores que saíram durante o exercício	17

Teófilo
Vereador

6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A presente análise orçamental procura dar conta da execução das receitas e das despesas, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas. Os valores respeitantes à execução orçamental do exercício económico de 2021 encontram-se resumidos no quadro que a seguir se apresenta, verificando-se que a receita bruta global ascendeu a 27.335.511,48 euros dos quais 26.892.448,56 euros provêm de receitas orçamentais e 443.062,92 euros correspondem à entrada de fundos por Operações de Tesouraria.

Analisando da mesma forma a despesa, constata-se que a despesa global paga ascendeu a 26.607.687,31 euros, dos quais 26.421.365,66 euros correspondem a despesas orçamentais e 186.321,65 euros correspondem a saídas por Operações de Tesouraria.

existindo um saldo inicial de 8.990.792,01 euros, transitando para a gerência seguinte o montante de 9.718.616,18 euros.

Composição	Operações orçamentais	Operações não orçamentais	Total
	em euros	em euros	em euros
Saldo da gerência anterior	7 739 362,88	1 251 429,13	8 990 792,01
Receitas	26 892 448,56	443 062,92	27 335 511,48
Despesas	26 421 365,66	186 321,65	26 607 687,31
Saldo para a gerência seguinte	8 210 445,78	1 508 170,40	9 718 616,18

O grau de execução da receita, referente ao ano de 2021, foi de 68,87% e o da despesa de 51,86%, tendo por sua vez o Plano Plurianual de Investimentos apresentado um coeficiente de realização global de 37,55% o que correspondeu a um montante de 8.247.827,89 euros e as Grandes Opções do Plano apresentaram um grau anual de execução de 45,38%.

Princípio do equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, determina que “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as Receitas Correntes devem ser pelo menos, iguais as Despesas Correntes”.

Para efeitos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com o artigo 83.º da mesma Lei, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

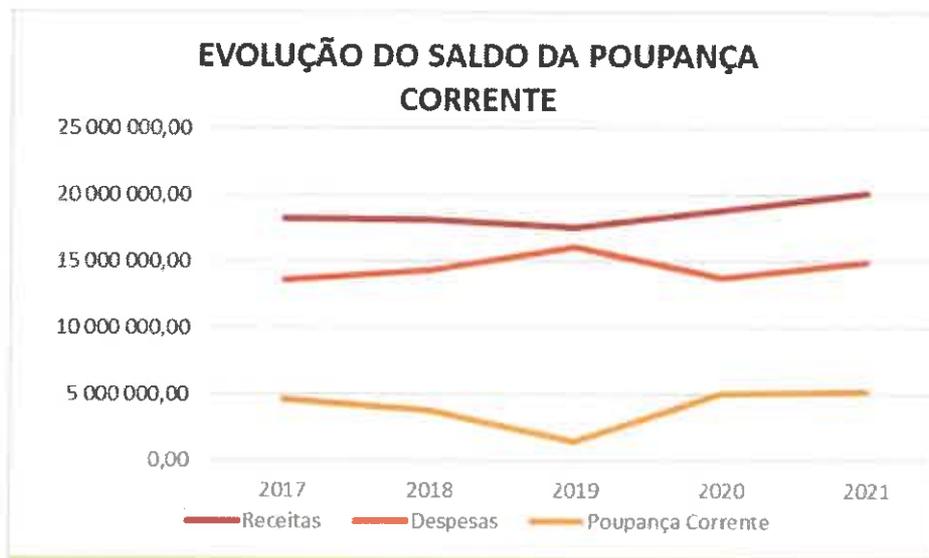
Nos quadros seguintes apresenta-se a situação do Município de Tondela relativamente ao ano de 2021:

Amortizações médias de empréstimos existentes									
Instituição Financeira	Empréstimo	Data de contrato	Prazo contratado (em anos)	Anos decorridos em 31-12-2013	Dívida em 31-12-2013	Valor Contratado/ Utilizado (novos)	ISENTO (Sim/Não)	Vida útil	Amortizações médias de empréstimos existentes
CGD	Aquisição habitação a custos controlados	26-12-2006	25	7	501.889,93		Sim	19	26.415,26
CGD	Aquisição habitação a custos controlados	26-12-2006	25	7	559.192,77		Sim	19	29.431,20
CGD	Vários Investimentos	29-09-2011	10			4.000.000,00	Não	10	400.000,00
					1.061.082,70	4.000.000,00			425.846,46

Teste ao Princípio do Equilíbrio Orçamental art.º 40.º conjugado com o artigo 83.º da Lei n.º 73/2013, de 03-09-2013		Execução Orçamental em 31-12-2021
(1)	Valor das receitas correntes brutas	20 330 427,76 €
(2)	Amortizações médias de empréstimos existentes a 01-01-2014	55 846,46 €
(3)	Amortização média de empréstimos contratados	400 000,00 €
(4)=(1)-(2)-(3)	Limite às despesas correntes	19 874 581,30 €
(5)	Despesa corrente	14 982 203,46 €
(6)=(4)-(5)	Margem	4 892 377,84 €

Da análise do teste ao princípio do equilíbrio orçamental, no quadro acima, podemos constatar que o Município, apresenta uma **margem** face ao limite das despesas correntes de **4.892.377,84 €**.

Conforme se demonstra no mapa anterior, o Município de Tondela, registou, em 2021, receitas correntes suficientes para fazer face às despesas do mesmo tipo.



6.1. Orçamento

No presente capítulo é feita a análise do desempenho da Receita e da Despesa, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental e sua evolução.

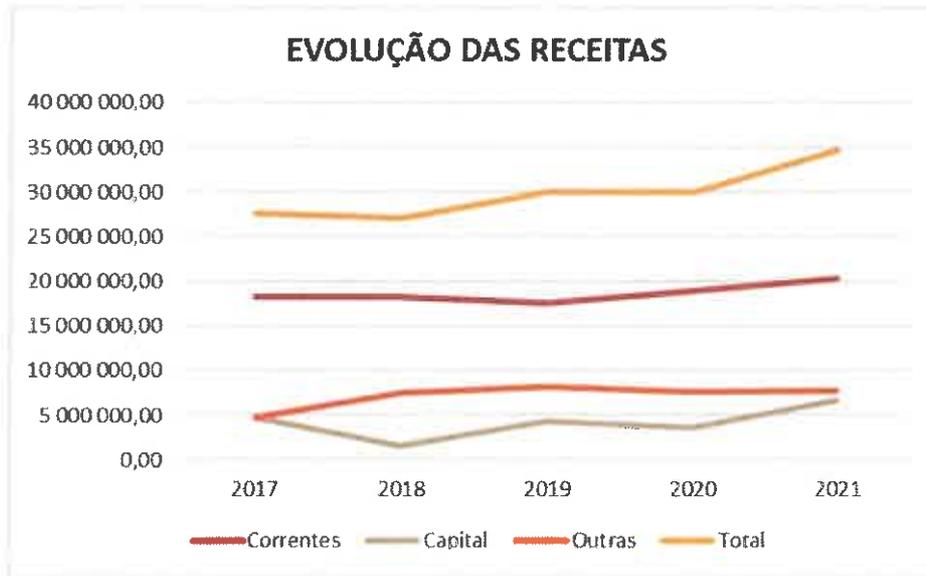
Para uma avaliação mais pormenorizada da execução do Orçamento, apresentam-se em anexo a este relatório os mapas do Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

6.1.1. Orçamento da Receita

6.1.1.1. Evolução da Receita

O gráfico abaixo apresentado permite visualizar a evolução global do agregado das receitas, bem como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Handwritten notes and signatures in blue ink.



O gráfico mostra que as Receitas Totais em 2021 atingiram o montante de 34.631.811,49€ apresentando um acréscimo de 4.630.772,49€ face ao ano anterior. Em 2021 aumentaram as receitas correntes (+1.376.953,25€), as receitas de capital (+3.130.728,82€) e as outras receitas (+123.090,42€).

O gráfico a seguir apresentado demonstra as rubricas que maior expressão tiveram no total da receita arrecadada no exercício de 2021:



6.1.1.2. Receitas Correntes

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, uma vez que se trata de um fluxo monetário relativamente estável.

As receitas correntes excederam a execução de 100%, proporcionando uma base de consistência para o funcionamento de um conjunto de despesas obrigatórias e fundamentais para o regular funcionamento dos serviços e da atividade da Autarquia.

A estrutura e execução da receita corrente encontra-se apresentada no quadro seguinte, destacam-se os impostos diretos (IMI, IUC, IMT e Derrama) e as transferências correntes (FEF, FSM, Participação variável do IRS e Componente de Apoio à Família).

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%		
01. Impostos diretos	4 459 415,00	22,64%	5 584 797,58	27,61%	1 125 382,58	125,24%
04. Taxas, multas e outras penalidades	316 703,00	1,61%	183 134,24	0,91%	-133 568,76	57,83%
05. Rendimentos de propriedade	1 218 178,00	6,18%	1 169 794,91	5,78%	-48 383,09	96,03%
06. Transferências correntes	11 878 653,00	60,30%	11 880 762,53	58,74%	2 109,53	100,02%
07. Vendas de bens e serviços correntes	1 657 947,00	8,42%	1 351 025,79	6,68%	-306 921,21	81,49%
08. Outras receitas correntes	168 024,00	0,85%	55 921,26	0,28%	-112 102,74	33,28%
Total das Receitas correntes	19 698 920,00	100,00%	20 225 436,31	100,00%	526 516,31	102,67%

Destaca-se aqui, a receita proveniente da cobrança IMI, no valor de aproximadamente 2.800.000,00€, bem como da Derrama de aproximadamente 1.300.000,00€.

O quadro seguinte, permite visualizar a evolução e capacidade de execução das Receitas Correntes no período considerado:

	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Corrente Prevista	18 000 249,91	18 878 408,10	19 325 657,48	19 653 550,41	19 698 920,00
Receita Corrente Executada	18 183 962,06	17 791 597,36	17 548 080,00	18 848 483,06	20 225 436,31
% Execução	101,02%	94,24%	90,80%	95,90%	102,67%

6.1.1.3. Receitas De Capital

O núcleo das Receitas de Capital é constituído essencialmente por Transferências de Capital, representando na sua globalidade 91.52% da receita de capital arrecadada:

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%		
09. Venda de bens de investimento	849 220,00	3,72%	561 569,48	8,43%	-287 650,52	66,13%
10. Transferências de capital	21 435 272,04	93,97%	6 093 909,00	91,52%	-15 341 363,04	28,43%
12. Passivos Financeiros	516 090,86	2,26%	0,00	0,00%	-516 090,86	0,00%
13. Outras receitas de capital	10 001,00	0,04%	3 164,81	0,05%	-6 836,19	31,64%
Total das Receitas de capital	22 810 583,90	100,00%	6 658 643,29	100,00%	-16 151 940,61	29,19%

O quadro demonstra de forma evidente que as Transferências de Capital representam a principal origem de financiamento dos investimentos. Tal dimensão resultou, fundamentalmente, das transferências do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e da Participação Comunitária de Projetos Cofinanciados (FEDER-POCENTRO / FC-POSEUR), que, pese embora tenham sido consideravelmente abaixo do previsto, vieram possibilitar o financiamento de investimentos.

A receita de capital apresentou um grau de execução de 29,19%.

O quadro que a seguir se apresenta mostra a evolução e capacidade de execução das receitas de capital dos últimos 5 anos:

	2017	2018	2019	2020	2021
Receita de Capital Prevista	6 507 447,99	4 316 621,94	12 349 786,00	13 972 943,86	22 810 583,90
Receita de Capital Executada	4 592 857,38	1 444 684,28	4 301 494,66	3 527 914,47	6 658 643,29
% Execução	70,58%	33,47%	34,83%	25,25%	29,19%

Handwritten mark

Handwritten signature
Vere Maclach

Handwritten mark

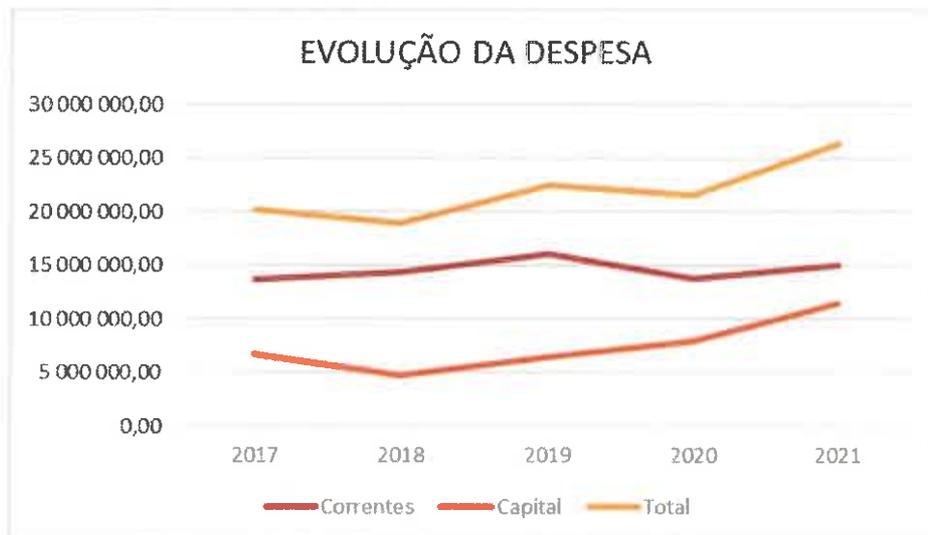
Handwritten mark

6.1.2. Orçamento da Despesa

6.1.2.1. Evolução da Despesa

A despesa global realizada foi de 26.421.365,66 euros, traduzindo-se numa taxa de execução orçamental de 51,86%.

O gráfico que se segue mostra a evolução da Despesa Corrente e de Capital, verificando-se que a Despesa Corrente paga é o agregado que detém o maior peso na estrutura da despesa municipal, verificando-se, no entanto, uma tendência de subida das despesas de capital.



O gráfico a seguir apresentado demonstra quais as rubricas com maior relevância no total da despesa paga no exercício de 2021:



No exercício de 2021, conforme se constata no gráfico anterior, as rubricas da despesa mais expressivas foram as Aquisições de bens de capital, Despesas com pessoal, Aquisição de bens e serviços, e as Transferências correntes.

6.1.2.2. Despesa Corrente

A estrutura e a execução da Despesa Corrente encontram-se apresentadas no quadro seguinte, onde se pode analisar o peso das suas componentes, bem como a respetiva execução. Comparando a estrutura do Orçamento Final com a sua efetiva realização, constata-se que as Despesas Correntes evidenciaram um grau de execução de 69,56% correspondendo a pagamentos no valor de 14.982.203,46€.

Vera Nacloch.

MUNICÍPIO DE TONDELA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2021

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%		
01. Despesas com o pessoal	6 946 461,83	32,25%	6 200 459,16	41,39%	-746 002,67	89,26%
02. Aquisição de bens e serviços	9 701 665,94	45,04%	4 848 238,60	32,36%	-4 853 427,34	49,97%
03. Juros e outros encargos	43 900,00	0,20%	22 029,78	0,15%	-21 870,22	50,18%
04. Transferências correntes	4 629 970,00	21,50%	3 787 710,78	25,28%	-842 259,22	81,81%
06. Outras despesas correntes	215 974,00	1,00%	123 765,14	0,83%	-92 208,86	57,31%
Total das Despesas correntes	21 537 971,77	100,00%	14 982 203,46	100,00%	-6 555 768,31	69,56%

O quadro evidencia claramente a importância das Despesas com Pessoal e da Aquisição de bens e serviços, as quais representam respetivamente 41,39% e 32,36% do total das Despesas Correntes, que corresponde a despesa paga no valor de 6.200.459,16€ e 4.848.238,60€ respetivamente.

Quanto às restantes rubricas, são também materialmente relevantes as Transferências Correntes corresponderam a 25,28% das Despesas Correntes.

A evolução de execução das Despesas Correntes está representada no quadro abaixo:

	2017	2018	2019	2020	2021
Despesa Corrente Prevista	16 861 688,00	19 358 767,26	21 116 948,91	21 428 483,41	21 537 971,77
Despesa Corrente Executada	13 596 994,02	14 341 451,06	16 091 028,42	13 746 493,58	14 982 203,46
% Execução	80,64%	74,08%	76,20%	64,15%	69,56%

6.1.2.3. Despesa de Capital

O quadro seguinte permite observar a desagregação das Despesas de Capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais, o volume da despesa paga e respetiva taxa de execução do ano de 2021.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%		
07. Aquisição de bens de capital	21 965 752,51	76,49%	8 247 827,89	72,10%	-13 717 924,62	37,55%
08. Transferências de capital	6 185 790,50	21,54%	2 663 092,80	23,28%	-3 522 697,70	43,05%
09. Activos financeiros	36 188,00	0,13%	0,00	0,00%	-36 188,00	0,00%
10. Passivos financeiros	495 002,00	1,72%	492 581,06	4,31%	-2 420,94	99,51%
11. Outras despesas de capital	35 663,00	0,12%	35 660,45	0,31%	-2,55	99,99%
Total das Despesas de capital	28 718 396,01	100,00%	11 439 162,10	100,00%	-17 279 233,91	39,83%

As Despesas de Capital realizadas totalizaram no exercício de 2021 o montante de 11.439.162,20 euros, refletindo uma taxa de execução de aproximadamente 40%. A rubrica Aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídos todos os investimentos previstos no PPI – Plano Plurianual de Investimentos, que atingiu o valor pago de 8.247.827,89€, representa 72,10% do total das Despesas de Capital, tendo registado uma taxa de execução de 37,56%, o que significa que foi a componente que maior dotação de recursos de capital absorveu.

O quadro seguinte permite visualizar a evolução das Despesas de Capital, bem como a sua capacidade de execução no período considerado:

	2017	2018	2019	2020	2021
Despesa de Capital Prevista	12 198 046,22	11 215 556,89	18 674 490,54	19 674 155,52	28 718 396,01
Despesa de Capital Executada	6 611 059,97	4 628 912,33	6 430 883,73	7 855 255,37	11 439 162,20
% Execução	54,20%	41,27%	34,44%	39,93%	39,83%

6.2. Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções da Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções levadas a cabo pelas várias áreas de atuação, organizadas por programas, projetos e ações.

Do gráfico abaixo podemos concluir que são as funções sociais com 48% que assumem a maior fatia da execução das GOP do Município, seguidas das funções económicas que representam 31% da execução.

Handwritten mark: 26

Handwritten signature: Viana Nolas

Handwritten mark: 2021



O quadro seguinte reflete a execução das GOP's por funções, que nos permite analisar o valor que a Autarquia investiu nas diversas áreas durante o exercício económico de 2021 e verificar a execução das GOP por Funções, de onde podemos identificar um nível de execução global de 45,38%:

	Funções Gerais	Funções Sociais	Funções Económicas	Outras Funções	TOTAL
Previsão	4 550 874,78	17 022 853,50	15 867 943,88	2 325 288,00	39 766 960,16
Execução	2 548 577,37	8 583 708,45	5 655 342,94	1 259 050,24	18 046 679,00
Desvio	-2 002 297,41	-8 439 145,05	-10 212 600,94	-1 066 237,76	-21 720 281,16
Grau de Execução	56,00%	50,42%	35,64%	54,15%	45,38%

Composição		Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
		€	%	€	%	€	%
01	FUNÇÕES GERAIS	4 550 874,78	11,44%	2 548 577,37	14,12%	-2 002 297,41	56,00%
111	Administração Geral	3 081 112,18	7,75%	1 734 998,03	9,61%	-1 346 114,15	56,31%
121	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	1 469 762,60	3,70%	813 579,34	4,51%	-656 183,26	55,35%
02	Funções Sociais	17 032 853,50	42,81%	8 583 708,45	47,56%	-8 439 145,05	50,42%
211	Ensino não Superior	2 126 944,00	5,35%	1 445 366,58	8,01%	-681 577,42	67,96%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1 776 679,00	4,47%	1 333 996,04	7,39%	-442 682,96	75,08%
221	Serviços Individuais de Saúde	400 488,00	1,01%	64 212,37	0,36%	-336 275,63	16,03%
232	Acção Social	1 928 933,86	4,85%	552 604,26	3,06%	-1 376 329,60	28,65%
241	Habituação	292 337,00	0,74%	25 087,20	0,14%	-267 249,80	8,58%
242	Ordenamento do Território	137 994,00	0,35%	9 492,51	0,05%	-128 501,49	6,88%
243	Saneamento	3 564 252,00	8,96%	1 318 733,16	7,31%	-2 245 518,84	37,00%
244	Abastecimento de Água	174 665,00	0,44%	34 666,35	0,19%	-139 998,65	19,85%
245	Resíduos Sólidos	1 047 480,00	2,63%	984 343,76	5,45%	-63 136,24	93,97%
246	Protecção do M.Ambiente C.Natureza	2 938 975,64	7,39%	1 103 722,35	6,12%	-1 835 253,29	37,55%
251	Cultura	876 875,00	2,21%	554 974,23	3,08%	-321 900,77	63,29%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1 344 132,00	3,38%	807 561,98	4,47%	-536 570,02	60,08%
253	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	413 098,00	1,04%	348 947,66	1,93%	-64 150,34	84,47%
03	Funções Económicas	15 867 943,88	39,90%	5 655 342,94	31,34%	-10 212 600,94	35,64%
310	Agricultura Pec. Silv. Caça e Pesca	33 196,00	0,08%	22 737,28	0,13%	-10 458,72	68,49%
320	Indústria e Energia	5 133 755,00	12,91%	918 736,99	5,09%	-4 215 018,01	17,90%
331	Transportes Rodoviários	6 310 804,00	15,87%	2 877 617,88	15,95%	-3 433 186,12	45,60%
340	Comércio e Turismo	1 000,00	0,00%	0,00	0,00%	-1 000,00	0,00%
341	Mercados e Feiras	106 686,00	0,27%	26 413,64	0,15%	-80 272,36	24,76%
342	Turismo	1 701 876,88	4,28%	521 364,05	2,89%	-1 180 512,83	30,63%
350	Outras Funções Económicas	2 580 626,00	6,49%	1 288 473,10	7,14%	-1 292 152,90	49,93%
04	Outras Funções	2 325 288,00	5,85%	1 259 090,24	6,98%	-1 066 237,76	54,15%
420	Transferências entre administrações	1 004 819,00	2,53%	348 743,61	1,93%	-656 075,39	34,71%
430	Diversas não Especificadas	1 320 469,00	3,32%	910 306,63	5,04%	-410 162,37	68,94%
TOTAL DAS GOP's		39 764 293,16	100,00%	18 648 679,00	100,00%	-21 115 614,16	46,89%

Na execução anual das grandes opções do plano, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2021.

7. INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE

A elaboração dos indicadores/rácios de gestão e de atividade exige uma utilização bastante cuidadosa, uma vez que não existem definições normalizadas e uniformizadas e, por outro lado, traduzem apenas dados quantitativos e não qualitativos.

A interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades do Município, também a rendibilidade do capital próprio tem que ser efetuada na perspetiva de que os Municípios visam prosseguir os interesses próprios das populações respetivas (Constituição República Portuguesa).

Apresenta-se a evolução do Município de Tondela, nos últimos anos através da análise de alguns rácios.

Vere Macias

Rácios de estrutura - permitem evidenciar o peso de certos elementos da receita ou da despesa no total das receitas ou das despesas, convém refletir o peso das receitas relativas aos impostos diretos, aos fundos municipais correntes e de capital, aos fundos comunitários, à venda de bens e serviços, aos passivos financeiros, entre outros.

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)		2017	2018	2019	2020	2021
1	Impostos diretos / Receitas correntes	26,12%	23,84%	25,31%	25,83%	27,61%
2	Transferências correntes / Receitas correntes	57,04%	59,18%	57,05%	59,32%	58,74%
3	Transferências capital / Receitas de capital	29,12%	91,44%	98,81%	97,64%	91,52%
4	Passivos financeiros / Receitas de capital	68,97%	0,00%	0,00%	6,47%	7,40%
5	Receitas correntes / Receitas totais	66,28%	66,77%	58,57%	62,83%	58,40%

Rácios de gestão – permitem evidenciar a relação entre receitas e despesas correntes e de capital, analisamos também o peso das despesas de pessoal relacionadas com o total das receitas e despesas correntes.

RÁCIOS DE GESTÃO (%)		2017	2018	2019	2020	2021
6	Despesas correntes / Receitas líquidas correntes	74,77%	80,61%	91,70%	72,93%	74,08%
7	Despesas capital / Receitas de capital	143,94%	320,41%	149,50%	222,66%	171,79%
8	Pessoal / Receitas líquidas correntes	25,78%	29,35%	32,33%	31,79%	30,66%
9	Pessoal / Despesas correntes	34,48%	36,41%	35,26%	43,60%	41,39%

Rácios de investimento e produtividade - traduzem o desenvolvimento das competências e atividades municipais, na prossecução do interesse público, com o objetivo da satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras.

RÁCIOS DE INVESTIMENTO (%)		2017	2018	2019	2020	2021
10	Investimentos* / Despesa capital	59,94%	61,96%	68,79%	71,66%	72,10%
11	Investimentos* / Despesa total	19,61%	15,12%	19,64%	26,06%	31,22%
RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE		2017	2018	2019	2020	2021
12	Investimentos* / Total funcionários	15 009,89	10 863,39	13 955,57	18 275,91	25 069,39
13	Receita total / Total funcionários	103 921,27	100 927,19	94 515,40	97 405,97	105 263,86

7.1. Análise da Situação Económica e Financeira

7.1.1. Situação Financeira

7.1.1.1. Análise Balanço

VALOR DE BALANÇO		2019	2020	2021	Varição 2020-2021
Ativo Não Corrente		81 640 650,85	79 375 104,02	76 938 055,27	-2 437 048,75
Ativo Circulante		14 181 516,43	14 955 026,62	15 897 229,17	942 202,55
Património Líquido		87 306 718,70	85 841 121,78	79 183 662,15	-6 657 459,63
Passivo Exigível M/L Prazos		5 506 501,74	5 635 899,73	9 533 357,70	3 897 457,97
Passivo Exigível Curto Prazo		3 008 946,84	2 853 109,13	4 118 264,59	1 265 155,46
RÁCIOS		2019	2020	2021	
Liquidez Geral	Ativo circulante / Exigível a curto prazo	4,71	5,24	3,86	
Solvabilidade	Recursos próprios / Recursos alheios	10,25	10,11	5,80	
Endividamento	Passivo / Ativo líquido * 100	8,9%	9,0%	14,7%	
Autonomia Financeira	Ativo Líquido / Fundos Próprios * 100	91,11%	91,00%	85,29%	

Em 2021 e face ao ano anterior o Ativo total apresenta uma diminuição de 1.494.846,20€, justificada sobretudo pela diminuição dos ativos fixos tangíveis.

O Património Líquido diminuiu 6.657.459,63 face a 2020 devido sobretudo à diminuição das rubricas de Capital e Outras Variações no Património Líquido.

MUNICÍPIO DE TONDELA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2021

O Passivo total aumentou cerca de 5 milhões de euros, sobretudo pela classificação em 2021 dos subsídios recebidos relativos a obras em curso na rubrica de diferimentos (4.175.352,72€). Em termos de rácios em 2021 a liquidez geral é de 3,86, ou seja, o ativo corrente cobre 3,86 vezes o passivo corrente. Em 2021 a autonomia financeira foi de 85,29%.

7.1.1.2. Análise Demonstração de Resultados

Em 2021 o resultado líquido do exercício cifrou-se em 504.631,51€.

DESIGNAÇÃO	ANOS				
	2019	2020	2021	Variação 2020-2021	% Variação
EBTIDA	5 437 188,57	5 766 634,81	5 600 291,24	-166 343,57	-2,88%
Resultados operacionais	541 520,68	832 678,98	520 832,15	-311 846,83	-37,45%
Resultado líquido do exercício	512 342,14	807 509,80	504 631,51	-302 878,29	-37,51%

Em termos de resultados os mesmos têm sido lineares ao longo dos últimos três anos.

Rendimentos	31/12/2021	Peso	31/12/2020	Variação 2020-2021	% Variação
Impostos diretos	4 759 440,69	19,13%	4 682 136,27	77 302,42	2%
Impostos indiretos	1 020 006,74	4,10%	350 272,15	669 734,59	100%
Taxas, multas e outras penalidades	190 946,34	0,77%	261 250,12	-70 303,78	-27%
Serviços específicos das autarquias locais	1 316 934,48	5,29%	1 245 215,75	71 718,73	6%
Transferências e subsídios obtidos	11 932 653,07	47,97%	11 640 145,96	292 507,11	100%
Reversoes	19 903,57	0,08%	-	19 903,57	100%
Outros rendimentos	5 633 737,04	22,65%	4 272 893,41	1 360 843,63	32%
Total	24 873 621,93	100,00%	22 451 915,66	2 421 706,27	11%

O total de rendimentos de 2021 foi de 24.873.621,93€.

De uma forma geral todas as rubricas de rendimentos aumentaram em 2021 (à exceção das taxas, multas e outras penalidades), sendo de destacar o aumento da rubrica de outros rendimentos (efeito sobretudo da imputação dos subsídios ao investimento na cadência das respetivas depreciações dos bens subsidiados).

Em termos de estrutura de rendimentos destacam-se as transferências e subsídios obtidos com um peso de 47,97% no total dos rendimentos do Município.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and some illegible text.

Compromissos Plurianuais à data de 31/12/2021	
Ano	Montante
2022	5 536 809,58
2023	4 926 919,13
2024	1 068 555,58
2025	1 028 322,77
Seguintes	6 168 478,38

7.1.2.3. Dívida Total

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro) veio introduzir novas fórmulas de cálculo e limites do endividamento autárquico, estabelecendo o artigo 52.º da referida lei que “a dívida global total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores”. Estabelece ainda a alínea a) do n.º 3 do mesmo artigo sempre que um município “não cumpra o limite previsto no n.º 1 deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido”.

Por outro lado, de acordo com o definido no n.º 5 do referido artigo 52.º, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

A Lei do Orçamento do Estado para 2021 estabelece ainda que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Vera Madeira

Assim o quadro abaixo apresenta o apuramento do cumprimento dos limites de dívida total, sendo que os cálculos foram efetuados com base na informação do Balanço, Fluxos de Caixa:

	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA TOTAL	6 503 150,25	6 158 607,30	5 557 235,63	5 373 289,48
A13. Dívida do Município	6 128 474,25	5 032 145,38	4 594 939,29	4 562 035,31
A13.1 PASSIVO EXIGÍVEL TOTAL	7 331 344,27	6 324 099,93	5 871 594,15	6 088 299,43
A13.3 Dívidas não orçamentais	1 030 118,63	1 220 106,60	1 251 429,13	1 508 170,40
A13.4 Subvenções reembolsáveis (FEE)	64 188,89	35 660,45	7 132,01	0,00
A13.5 Fundo de Apoio Municipal	108 562,50	36 187,50	18 093,72	18 093,72
A13.2 Dívidas do SM + AM + SEL + entidades participadas	374 676,00	1 126 456,92	962 296,34	811 254,18
LIMITE	26 643 992,00	26 821 794,45	26 761 819,71	27 305 329,96
MARGEM ABSOLUTA	20 340 841,75	20 663 152,15	21 204 584,08	21 932 036,47
PESO DA DÍVIDA NA MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA NOS TRÊS ANOS ANTERIORES	0,36	0,34	0,31	0,30
MARGEM UTILIZÁVEL	3 977 065,85	4 063 720,84	4 120 643,48	4 349 618,07
VALOR UTILIZADO	0,00	0,00	0,00	0,00
MARGEM POR UTILIZAR	3 977 065,85	4 063 720,84	4 120 643,48	4 349 618,07

Da análise dos quadros acima, pode concluir-se que o Município em 01 de janeiro de 2021 tinha uma margem utilizável para dívida total de 4.349.618,07 euros. O montante da dívida total a 31 de dezembro de 2021 ascende 4.562.035,31 euros, representando 30% do limite da dívida total.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício (RLE) positivo pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que deve constituir-se o reforço anual da conta Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do RLE.

Nestes termos, propõe-se que o resultado líquido de **504.631,51 euros** apurado no exercício de 2021, seja aplicado da seguinte forma:

- ✓ **Reservas Legais:** 25.231,58 euros (5%);
- ✓ **Resultados Transitados:** 479.399,93 euros (95%).



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste relato procurou cumprir-se a função de explicitar, o mais claro possível, o que foi o desempenho das atividades do Município no decurso do ano de 2021.

Orientou-se este relato com preocupações de verdade e transparência.

No cumprimento da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **submetem-se à aprovação da Câmara Municipal** os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, constituídos por:

➤ **Demonstrações financeiras (individuais)**

Balanço

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração das alterações no património líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

➤ **Demonstrações orçamentais**

➤ **Demonstrações previsionais**

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Plano plurianual de investimentos (PPI)

➤ **Demonstrações de relato (individuais)**

➤ **Documentos genéricos**

para que, possam ser **submetidos à votação e apreciação da Assembleia Municipal**, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da já citada Lei.

Tondela, 20 de abril de 2021